

A dança das alianças

TSE estuda limitar as coligações estaduais, atrapalhando os planos dos partidos

Roberto Stuckert Filho/23-5-2001

Catia Seabra e Carolina Brígido

BRÁSÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estuda a possibilidade de exigir a reprodução das alianças nacionais nos estados. A constitucionalidade da medida está sendo analisada pelos ministros do TSE, que podem chegar a uma conclusão ainda esta semana. Pela proposta, se o PMDB apoiar o candidato do PSDB à Presidência, por exemplo, os dois partidos obrigatoriamente teriam que repetir a aliança em São Paulo e nos outros estados. Se o TSE aprová-la, desmontará o carnaval partidário que se desenha pelo país.

Ao saber da intenção do TSE, o presidente do PT, José Dirceu (SP), disse que vai procurar o presidente do tribunal, ministro Nelson Jobim, esta semana. Segundo ele, o TSE não pode legislar a respeito da eleição.

— O PT poderia apoiar qualquer mudança na legislação nesse sentido. Mas isso não existe agora. O TSE não tem base legal para isso — disse.

De Norte a Sul, há composições das mais exóticas, unindo oposição e governistas. Como travam uma disputa por espaço no mesmo campo ideológico, os partidos governistas se sentem mais confortáveis para compor com siglas de esquerda.

O Mato Grosso é um caso clássico. Lá, nenhum partido governista está aliado. O governador tucano, Dante de Oliveira, está fechando seu palanque com o PSB, de Anthony Garotinho, e o PDT, de Leonel Brizola, para garantir a eleição de Antero Paes de Barros. O PFL já declarou apoio ao prefeito de Cuiabá, Roberto França, que é do PPS, de Ciro Gomes. E o PT negocia com o senador Carlos Bezerra, do PMDB.

No cenário nacional, o PMDB deve aderir à candidatura do ministro José Serra. Dante nega desconforto em sua composição. E promete aos aliados regionais tapete vermelho:

— Vou pedir votos para o Serra. Mas tenho que receber os candidatos dos partidos aliados. Eles terão acolhida no Mato Grosso — diz.

Na Paraíba, tucano pode ter apoio do PT

• Em Goiás, o governador Marconi Perillo (PSDB) tem o PFL, de Roseana Sarney, como principal aliado, enquanto o PT está quase fechado com o senador Maguito Vilela (PMDB). O PT também vai se aliar ao PMDB no Paraná, apoiando a candidatura do senador Roberto Requião.

Na Paraíba, o PSDB e o PMDB traçam caminhos opostos. O tucano Cássio Cunha Lima costura com o PSB, o PPS e o PT sua aliança. Semana passada, na reunião do diretório nacional do PSDB, o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, avisou:

— Não temos a menor chance de pacificar nossa relação com o PMDB. É mais fácil fecharmos com o PT. O Serra poderá ter dois palanques lá.

Minas é outro exemplo do samba partidário. Depois da aproximação nacional entre tucanos e peemedebistas, o PFL revidou: ameaça abandonar o PSDB mineiro e organizou, na semana passada, uma reunião, na qual, com Ciro e Garotinho, discutiram a hipótese de uma aliança.

— Parece loucura? Loucura é o PT se juntar com o Quêrcia em São Paulo — ironiza o presidente do PPS, senador Roberto Freire (PE), numa referência ao encontro secreto de Lula com o ex-governador Orestes Quêrcia para discutir a união do PT com o PMDB em São Paulo.

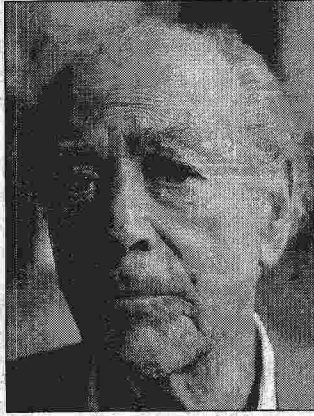
Enfrentando a ameaça de ver o partido diminuir nessa eleição — frustrando as exigências da cláusula de desempenho imposta aos partidos — o PDT também abriu os canais de negociação, incluindo o PSDB. Os dois partidos têm conversado no Rio e na Bahia.

A insatisfação do PT com a decisão de Garotinho de estimular candidaturas próprias nos estados abandonando o partido em estados onde são tradicionalmente aliados estaria prejudicando antigos acordos, como com o senador Paulo Hartung (PSB) no Espírito Santo. Hartung já tem o PPS e o PSDB como aliados. Mas deve perder mesmo o PT em seu palanque.



ANTERO PAES DE BARROS (à esquerda), candidato do PSDB ao governo do Mato Grosso, pode unir em seu palanque os inimigos

Anthony Garotinho e Leonel Brizola



Roberto Stuckert Filho/3-12-2001



O PEEMEDEBISTA Carlos Bezerra, também candidato ao governo do Mato Grosso, negocia apoio com Lula, do PT, que pode apoiar ainda Requião no Paraná



O que diz a lei

- De acordo com a Lei Eleitoral, a repetição das alianças partidárias nacionais nos estados, na campanha presidencial, é facultativa. Ou seja, a legislação permite coligações idênticas, mas não deixa clara nenhuma proibição de alianças diferentes no âmbito regional. O texto do artigo sexto do capítulo "Das coligações" prevê a formação de mais de uma coligação para a eleição proporcional entre os partidos que integram a aliança majoritária.